

RELATÓRIO SOMBRA
EXAME INTERPARES À
COOPERAÇÃO PORTUGUESA
PELO CAD-OCDE 2015

ONGD

PLATAFORMA.PORTUGUESA

**RELATÓRIO SOMBRA SOBRE O EXAME INTERPARES À
COOPERAÇÃO PORTUGUESA PELO CAD-OCDE 2015**

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	4
2. EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS E CONTEXTO ACTUAL	5
3. VISÃO POLÍTICA E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	12
4. ALOCAÇÃO/REPARTIÇÃO DA APD	22
5. ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CAMÕES E DIÁLOGO INSTITUCIONAL COM A PLATAFORMA E AS ONGD	27
6. COMUNICAÇÃO, RESPONSABILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO	29

1. ENQUADRAMENTO

A Plataforma Portuguesa das ONGD é oficialmente reconhecida pelo Estado como interlocutora institucional para o diálogo com as Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento. Um dos principais pilares do seu trabalho é por isso contribuir para uma reflexão crítica sobre todas as temáticas que têm impacto na melhoria do ambiente favorável do trabalho das ONGD, quer a nível nacional quer internacional, bem como procurar contribuir para aumentar a eficácia e transparência da Cooperação Portuguesa.

Nesse sentido, a Plataforma participou nos processos de *Peer Review* de 2001, 2006 e 2010, bem como na *mid-term review* de 2012, reunindo com as equipas de avaliação do CAD-OCDE e elaborando também documentos de posição e análise em que concretizava o seu diagnóstico sobre a evolução das políticas públicas com influência nas 3 áreas de intervenção das ONGD: Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência.

Aliás, ao longo da última década, a Plataforma produziu diversos outros documentos em que, muito para além de analisar apenas a evolução dos aspectos quantitativos e qualitativos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de Portugal, procurou sobretudo apresentar propostas e apontar caminhos alternativos que pudessem ajudar a ultrapassar as dificuldades e obstáculos, internos e externos, que a Cooperação Portuguesa tem enfrentado nos últimos anos.

O presente relatório pretende dar continuidade a este trabalho, partindo dos objectivos definidos para a *Peer Review* 2015 do CAD-OCDE para diagnosticar a evolução da Cooperação Portuguesa ao longo dos últimos 5 anos, assinalando as questões que consideramos mais importantes para o seu futuro e apresentando propostas concretas que visam contribuir para resolver os seus problemas e responder aos principais desafios.

2. EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS E CONTEXTO ACTUAL

Os efeitos da Crise Financeira Internacional

A crise financeira internacional teve obviamente um grande impacto na Cooperação Portuguesa, **refletindo-se não só num decréscimo acentuado dos montantes da APD** mas, sobretudo, na implementação de um conjunto de medidas que retiraram às Políticas de Cooperação grande parte do seu (já escasso) peso político. Estas medidas colocaram as políticas de cooperação sobretudo ao serviço da promoção da Língua Portuguesa e assumiram-nas como um instrumento de diplomacia económica, com vista à internacionalização das Empresas Portuguesas e à captação de investimento estrangeiro.

Em muitas ocasiões, a crise serviu de desculpa fácil para a tomada de decisões que, sem nenhuma estratégia clara que as enquadrasse, contribuísem para a destruturação de um sector que, ao longo dos últimos 15 anos, vinha trilhando um percurso de conquistas positivas.

O programa de austeridade imposto pela *troika* obrigou a uma redefinição global das políticas públicas, com consequências transversais para todos os sectores de actividade. A política de cooperação não foi excepção. Contudo, face a uma redução tão acentuada dos recursos, impunha-se uma gestão mais eficaz e criteriosa, o que não aconteceu: a maioria das medidas implementadas no sector da Cooperação teve, apenas, como objectivo cortar custos, muitas vezes de forma cega, sem ter em conta que esses cortes teriam impactos negativos muito além apenas da questão financeira e sem qualquer perspectiva ou visão estratégica que permitisse salvaguardar algumas das mais-valias da Cooperação Portuguesa.

No que se refere, por exemplo, aos cortes orçamentais na APD, que entre 2011 e 2014 a reduziram em cerca de 50%, deveriam ter sido discutidas formas alternativas de financiamento que poderiam ter minorado o impacto dos cortes. A Plataforma Portuguesa das ONGD, em Maio de 2012, tomou a iniciativa de construir um documento, que reuniu um consenso de um conjunto alargado de entidades nacionais que integram a Cooperação Portuguesa, em que apresentou para discussão um conjunto de propostas de aplicação de fontes alternativas de financiamento para projectos de cooperação. Essas propostas foram entregues à tutela mas nunca foram discutidas.

Paradoxalmente, mesmo perante um contexto de restrições financeiras, o governo continuou a reafirmar (a última vez em 2014) o seu compromisso de dirigir 0,7% do RNB para APD até 2015, sem qualquer indicação prática ou calendarização que o suporte. Mesmo do ponto de vista político este discurso não nos parece fazer qualquer sentido e fragiliza, por um lado, ainda mais as posições de Portugal no contexto dos debates internacionais. Por outro lado, mostra também que muitos dos compromissos assumidos no contexto da Cooperação são pouco mais do que palavras, sem qualquer peso ou relevância política.

Recomendações:

- Considerar a aplicação em Portugal de instrumentos que permitam fontes alternativas de financiamento da Cooperação Portuguesa, como as propostas pela Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Redefinir as metas financeiras relativamente aos montantes da APD Portuguesa, estabelecendo compromissos realistas e atingíveis e associados a calendário com a progressão esperada e objectivos intermédios, que permitam a Portugal canalizar, até 2020, pelo menos, 0,35% do seu RNB para APD. O objectivo Global dos 0,7% deve continuar a ser considerado como um compromisso internacional e global importante, que Portugal deve procurar atingir num prazo mais longo.

Instabilidade política e falta de orientações estratégicas

De acordo com a orgânica do Governo, é ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (SENEC) que cabe a tutela política o sector da Cooperação para o Desenvolvimento. Apesar dos sucessivos governos reiterarem que a Política de Cooperação é uma Política de Estado, cuja estabilidade deveria por isso ultrapassar as contingências dos ciclos políticos, a definição e implementação das Políticas de Cooperação estão há muitos anos dependentes, sobretudo, da visão que cada SENEK tem para esta área. Esta situação cria obviamente problemas uma vez que, normalmente, uma mudança de SENEK traz consigo profundas alterações nas orientações estratégicas que são definidas e implementadas.

No entanto, a instabilidade política causada pelo facto de, desde Junho de 2011, ter havido três SENECS diferentes¹, (assinalando também como relevante o facto de nenhum deles ter anteriormente qualquer ligação profissional a este sector) não se reflectiu desta vez em grandes mudanças nas orientações políticas, uma vez que elas apenas foram definidas com a aprovação do Conceito Estratégico da Cooperação, em Março de 2014. Ou seja, ao longo de 3 anos, num contexto de grandes desafios e de cortes orçamentais profundos, foram tomadas medidas com impactos profundos para o futuro do trabalho de todas as entidades que actuam nesta área sem terem previamente sido definidos objectivos que enquadrassem as decisões ou permitissem perceber o rumo pretendido.

A aprovação do Conceito Estratégico parece ter sido assumido com o final de um processo e não com um ponto de partida para um novo ciclo. Este documento estabelece as geográficas de intervenção (sobretudo os Países de Língua oficial Portuguesa) para o futuro e refere de forma genérica as áreas globais de intervenção. No entanto não explica como, com que recursos, quando e até quando elas vão ser operacionalizadas e concretizadas, não tendo até ao momento sido apresentado ou discutido qualquer Plano de Acção com orientações nesse sentido nem, que seja do nosso conhecimento, foram criados nenhuns mecanismos de monitorização da aplicação do Conceito Estratégico. Para um país como Portugal, com recursos cada vez mais limitados para o sector, estes aspectos já deveriam ter sido claramente discutidos e consensualizados

Aliás, quase todas as estratégias sectoriais construídas entre 2008 e 2011 (Educação, Saúde, Género, Segurança e Desenvolvimento), no contexto do funcionamento do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento, parecem ter-se transformado apenas em documentos sem qualquer efeito ou aplicabilidade prática.

As ONGD são executoras de projectos importantes de cooperação bilateral que integram os Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) definidos com cada país parceiro. A valorização da Sociedade Civil desses países, enquanto agentes de combate à pobreza e sustentabilidade dos projectos é também um dos objectivos das políticas de cooperação. Como tal, as organizações da Sociedade Civil, nacionais e internacionais deveriam ser consultadas durante o processo de

¹ Luís Brites Pereira (Junho 2011-Abril 2013); Francisco Almeida Leite (Abril 2013- Julho de 2013); Luís Campos Ferreira (Julho 2013-...)

construção dos PEC. O Fórum da Cooperação deve ser o instrumento de concretização deste tipo de processos mas isso não tem acontecido ao longo dos últimos anos.

Recomendações:

- Promover, a curto prazo, um processo de construção de um Plano de Acção que permita definir as prioridades e concretizar as várias vertentes do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa, contribuindo também para a sua monitorização e apropriação. Este Plano de Acção deve fazer referência aos recursos (financeiros e outros) e também a instrumentos de monitorização e avaliação.
- Revisitar as estratégias sectoriais existentes, adaptando-as ao contexto actual
- Reactivar o Fórum da Cooperação, estabelecendo um plano regular para os seus plenários e definindo-o claramente como um instrumento de consulta e de reflexão estratégica participativa, em que todas as entidades, públicas, privadas e da sociedade civil podem e devem participar (de acordo com as suas áreas de intervenção) contribuindo também para a operacionalização das estratégias sectoriais e do conceito estratégico da cooperação.

Consequências da fusão entre o IPAD e o Instituto Camões

Num país em que a Cooperação para o Desenvolvimento tem historicamente pouco peso político e em que existem claras dificuldades na coordenação eficaz das políticas públicas ligadas a essa área, seria muito importante ter uma **Agência Pública de Cooperação autónoma (semelhante ao ex-IPAD)**, com competências reforçadas e capacidade efectiva de operacionalização da Estratégia de Cooperação.

A fusão entre o Instituto Camões e o IPAD, que resultou no Camões, Instituto da Cooperação e da Língua) foi justificada como mais uma consequência da crise e da necessidade de cortar despesa pública, mas criou problemas e desafios adicionais para o sector, que ainda não foram resolvidos. Existem claras oportunidades para sinergias e complementaridade entre a promoção da Língua Portuguesa e a Cooperação para o Desenvolvimento, particularmente no setor da Educação. No entanto, os objectivos específicos das duas áreas são distintos e deve por isso haver uma clara

separação entre os dois domínios de intervenção de modo a que, caminhando paralelamente, um não se sobreponha ao outro.

Para que tal aconteça, quando um Instituto Público partilha alguns serviços comuns às duas áreas, a coordenação interna tem de ser clara e responder a um plano operacional que assegure simultaneamente independência e ligação entre os dois sectores de intervenção. No entanto, na nossa opinião, isso ainda não foi conseguido. A componente de promoção da língua tem um peso muito maior do que a componente da cooperação, o que se reflecte quer ao nível da comunicação externa, quer ao nível das prioridades definidas para o Camões IP. A própria designação da instituição induz em erro, já que, para a opinião pública, continua a ser identificado como o Instituto Camões, promotor da língua e cultura portuguesas, diluindo a visibilidade da área da cooperação.

Adicionalmente, a fusão significou um “downgrade” da política de cooperação, criando-se uma lei orgânica em que um Secretário de Estado (SENEC) tutela apenas uma direção de serviços (uma vez que o Camões IP responde perante três diferentes Secretários de Estado). Assinalamos igualmente que, desde a fusão, o cargo de Vice-Presidente do Camões, a quem cabe a coordenação mais directa da área da Cooperação foi já ocupado por 3 pessoas diferentes.

Para além do impacto dos cortes financeiros, assistimos também a uma destruição progressiva de capital humano. Muitos dos recursos humanos que estavam há vários anos ligados a este sector e que integravam o IPAD, deixaram as suas funções já depois da fusão, o que representou uma importante perda de experiência e conhecimentos, difícil de colmatar a curto prazo. Em termos institucionais e administrativos, o processo de fusão foi lento e prejudicou a capacidade de resposta do Camões IP agir rapidamente e responder às solicitações de muitos *stakeholders*. Reforçando a questão da visibilidade do sector da Cooperação, a fusão foi negativa porque se perdeu a “marca” que demorou vários anos a consolidar.

Recomendações:

- Fazer um balanço claro e aprofundado da fusão, refletindo sobre os ganhos e desvantagens decorrentes deste processo para a Cooperação para o Desenvolvimento e para a Promoção da Língua e considerar a possibilidade de serem tomadas as medidas necessárias para que, num futuro próximo, possa voltar a existir uma Agência de Cooperação Portuguesa autónoma.

- Até isso ser possível, é necessário tornar mais clara a separação dos objectivos ligados à promoção da Língua Portuguesa e à Cooperação para o Desenvolvimento, reforçando as sinergias entre as duas áreas. Deverá pensar-se seriamente na alteração do nome do Camões IP.
- Reforçar a estrutura do Camões, quer ao nível orçamental, quer ao nível dos Recursos Humanos, recuperando parte das competências e capital de conhecimento perdido nos últimos anos.

Problemas na coordenação da Cooperação Portuguesa

Um dos principais problemas que prejudica a eficácia da Cooperação Portuguesa, que subsiste há vários anos e para o qual nenhum governo conseguiu até agora encontrar uma solução é a incapacidade de conseguir que a Agência de Cooperação Portuguesa assuma efectivamente um papel de coordenação eficaz da Cooperação Portuguesa em geral e das suas Estratégias em particular. Apesar dos esforços de operacionalização da Comissão Interministerial da Cooperação e da sucessiva reafirmação legal e formal que essa competência cabe efectivamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, na prática isso não acontece.

Apesar do Conceito Estratégico e da lei orgânica do Camões ICL preverem um reforço das competências de coordenação do Camões IP, a verdade é que na prática isso encontra vários obstáculos, pois afinal é um instituto público a querer coordenar intenções e actividades de vários ministérios.

É, por exemplo, evidente que o Ministério das Finanças tem um poder de influência excessivo na arquitectura institucional da Cooperação Portuguesa, o que contribuiu nomeadamente para que os níveis de Ajuda Ligada da Cooperação Portuguesa atinjam actualmente cerca de 70% do valor global da APD nacional, sobretudo devido aos empréstimos concessionais, da responsabilidade do Ministério das Finanças. Uma tão grande percentagem de Ajuda Ligada condiciona claramente a eficácia e os princípios orientadores da Cooperação para o Desenvolvimento. É também significativo que no Plano de Acção para a Implementação da Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (Busan), o governo português faça referência à necessidade de realizar um trabalho de sensibilização interna do Ministério das Finanças para a revisão dos critérios dos empréstimos concessionais.

O facto de não haver um instrumento orçamental integrado – como outrora existiu o PO05 – que permita perceber quais as verbas dirigidas por cada Ministério para a área da Cooperação, dificulta também não só a monitorização da aplicação da APD, como a capacidade coordenadora do Camões IP.

Recomendações:

- Assegurar que o Camões IP dispõe de instrumentos adequados para poder cumprir o papel, que legalmente lhe é atribuído, de organismo coordenador da Cooperação Portuguesa. Tal passará também por reforçar a sua ligação com os outros Ministérios sectoriais, de modo a integrar as várias acções e projectos bilaterais de cooperação na Estratégia Global da Cooperação Portuguesa.
- Reforçar o trabalho de informação e debate junto dos deputados nacionais e europeus sobre os diversos temas relacionados com a Cooperação para o Desenvolvimento, fornecendo-lhes instrumentos para que possam exercer de forma mais eficaz os poderes de fiscalização e avaliação que lhes são atribuídos pela Constituição.
- Realizar anualmente, pelo menos, duas reuniões do Conselho de Ministros dedicadas especificamente às temáticas da Cooperação.
- Reforçar o papel da Comissão interministerial da Cooperação como instrumento de coordenação das políticas públicas neste domínio e de apoio ao papel coordenador do Camões IP enquanto organismo responsável pela operacionalização das decisões e estratégias do governo.
- Criar um instrumento de monitorização orçamental que contribua para melhorar a coordenação e eficácia da APD nacional.
- Reforçar o papel do Fórum para a Cooperação atribuindo-lhe momentos e instrumentos necessários para uma programação conjunta *multistakeholder* da cooperação portuguesa e para uma monitorização e avaliação atempadas e conclusivas da cooperação portuguesa.

3. VISÃO POLÍTICA E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O actual governo demorou muito tempo a construir uma visão estratégica para a Cooperação. Como já foi referido, o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa demorou 3 anos a ser aprovado e o seu processo de construção deveria ter sido muito mais participado e inclusivo. As várias mudanças de SENEC mostram também que não havia um rumo claro para a Cooperação portuguesa e que foi um cargo com pouco peso político dentro da estrutura do Governo.

Não obstante, o governo definiu claramente desde o início do seu mandato, através de documentos e de intervenções de vários responsáveis políticos, que as **suas prioridades em termos de política externa eram a promoção externa da Língua Portuguesa e a internacionalização das empresas** com vista a aumentar as exportações. Considerando o contexto difícil do país, estas são sem dúvidas questões essenciais, mas não devem necessariamente ser promovidas à custa ou em lugar da cooperação para o desenvolvimento, dos seus recursos e dos seus instrumentos. A Plataforma sempre procurou demonstrar que, estrategicamente e mesmo para aqueles fins /internacionalização da economia e promoção da língua), deveria manter-se uma aposta na Cooperação para o Desenvolvimento e na Educação para o Desenvolvimento tendo em conta os seus objectivos específicos e que isso seria também importante para que Portugal continuasse a assumir internacionalmente um papel activo, quer ao nível multilateral – no seio da OCDE, da UE e da ONU – quer no plano bilateral – no relacionamento estratégico com os países parceiros.

No entanto, sem uma visão política clara para este sector, as decisões tomadas de forma mais ou menos casuística e *ad hoc*, responderam apenas a objectivos orçamentais e de finanças públicas e a Cooperação foi-se tornando muitas vezes um instrumento que contribuiria para as outras prioridades da política externa. A tutela política demonstrou por várias vezes um desconhecimento sobre quais os compromissos e desafios de Portugal no plano do desenvolvimento global, nomeadamente sobre o que tem sido a evolução do pensamento e das práticas no plano da eficácia da ajuda ou da coerência de políticas.

O papel do Sector privado na Cooperação para o Desenvolvimento

Durantes muitos anos o sector privado esteve demasiado ausente da lógica do funcionamento da Cooperação para o Desenvolvimento. O seu potencial e as mais-valias que podem trazer para os processos sustentáveis de combate à pobreza são evidentes. É, no entanto, necessário enquadrar de forma clara qual o papel das empresas no âmbito dos projectos de Cooperação, quer porque a sua lógica natural de funcionamento responde a objectivos diferentes dos da Cooperação para o Desenvolvimento, quer porque a abordagem política a esta ligação entre sectores deve basear-se numa promoção de parcerias entre diferentes entidades (ONG, Municípios, etc) e na complementaridades das suas competências técnicas e operacionais específicas.

A Plataforma Portuguesa das ONGD iniciou em 2012 um debate sobre este tema que contou com a colaboração com a ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação – uma Associação Empresarial sem fins lucrativos que representa 38 empresas portuguesas que têm em comum o facto de trabalharem nos países em que cooperação portuguesa está concentrada. O objectivo principal deste trabalho conjunto foi aprofundar o interconhecimento entre empresas e ONGD, procurando criar condições para a implementação de projectos em parceria.

A abordagem do Governo sobre esta questão foi num sentido diferente que reforçou a percepção de que a Cooperação para o Desenvolvimento é encarada sobretudo como um instrumento para concretização de outras prioridades. Quer em termos de retórica, quer em termos de medidas concretas, o que resultou da sua intervenção foi a ligação (importante) entre Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério das Finanças e a criação de um portal on-line, designado de “Parcerias para o Desenvolvimento”, mas que, pelo menos por enquanto, é apenas uma base de dados dinâmica que concentra informação sobre linhas de financiamento internacionais de instituições multilaterais de que Portugal é acionista e a que as empresas podem aceder para financiar projectos. Não há neste portal qualquer componente de promoção de parcerias ou de *matching* entre diferentes entidades (empresas e ONGD) com diferentes competências que se podem complementar. As oportunidades oferecidas pela Cooperação às empresas são, por isso, vistas como uma forma de chegar a mercados internacionais e não necessariamente como uma

forma de contribuírem, com actores de cooperação por direito próprio, para o desenvolvimento sustentável das populações dos países para onde se internacionalizam.

Recomendações:

- Que a estratégia da Cooperação Portuguesa, como já acontece com a estratégia de Defesa Nacional, passe a ter força de lei (e não apenas de resolução de conselho de ministros) ao ser discutida e aprovada pela Assembleia da República, reforçando assim o seu peso político, a seriedade e carácter mais vinculativo dos compromissos que acarreta e, por conseguinte, reforçando a responsabilização pelo seu cumprimento e/ou incumprimento.
- Separar claramente, no contexto da intervenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os objectivos da integração do sector privado na Cooperação para o Desenvolvimento e o apoio à internacionalização das empresas Portuguesas.
- Redefinir a configuração do Portal de “Parcerias para o Desenvolvimento” de modo a que funcione sobretudo com um mecanismo de *matching* entre empresas e ONGD, apoiado em oportunidades concretas de financiamento de projectos que tenham também com referência os Termos de Referência que a Plataforma das ONGD e a ELO criaram e assinaram para o efeito.

A importância da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD)

Portugal adoptou, em Novembro 2010, uma resolução do Conselho de Ministros “com o objetivo de assegurar a coerência das políticas nacionais que afetem os países em desenvolvimento com a política de cooperação para o desenvolvimento, de forma a aumentar a visibilidade da política externa nacional e a eficácia da ajuda pública portuguesa na prossecução dos ODM”. Foi na altura um dos primeiros países europeus a aprovar um documento deste tipo e com esta força formal. Posteriormente deveriam ter sido definidos mecanismos formais de acompanhamento da operacionalização desta resolução e de reforço do diálogo interministerial para que, nos processos de tomada de decisão governativa, os princípios inerente à CPD estivessem presentes.

O principal factor que garante a eficácia das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento é um governo atribuir-lhe uma efectiva relevância e peso político, comprometendo-se a cumprir os compromissos que são assumidos a nível nacional e internacional. Tendo em conta a

complexidade da aplicação do conceito da CPD, o compromisso político para o concretizar tem de ser ainda mais forte, alargado e assumido transversalmente por todo o governo.

Tal como na maioria dos países, também em Portugal esse compromisso político (ainda) não existe. Pelo contrário, são muitos os exemplos de medidas tomadas que contrariam os objectivos estratégicos definidos e que condicionam a eficácia das acções. Não houve ainda implementação prática de quaisquer instrumentos que permitam concretizar o conceito da CPD. O conceito estratégico da Cooperação Portuguesa reafirma a intenção de a promover mas não é ainda visível a sua implementação prática. Para além disso, verifica-se um grande desconhecimento, quer ao nível dos responsáveis políticos quer dos técnicos, sobre o conceito em si e sobre a sua aplicação.

Foram recentemente publicados Estudos que apresentam um diagnóstico sobre instrumentos de monitorização e indicadores da aplicação da CPD que poderão ser importantes para o futuro. O sucesso da Agenda de Desenvolvimento Pós 2015 e da concretização dos ODS passará, em grande medida, pela CPD (Ou CPDS – Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável). Por isso o compromisso dos decisores políticos é cada vez mais importante e tem de ser apoiado pelo reforço de monitorização e avaliação.

Recomendações:

- Concretizando as competências de fiscalização das políticas publicas que a Constituição atribui à Assembleia da República, recomendamos a criação de uma sub-comissão parlamentar (dentro da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas) com uma função específica de acompanhar a implementação dos princípios da CPD.
- Utilizar o Fórum da Cooperação como uma base de discussão e consulta públicas sobre projectos de decisões políticas relativas a políticas estruturais e ao seu previsível impacto na Cooperação.
- Operacionalizar rapidamente a RCM de 2010, nomeadamente através da criação e dinamização da rede de pontos focais, incluindo com a participação da Sociedade Civil.

O reconhecimento do papel das ONGD como entidades com um papel essencial no contexto da Cooperação Portuguesa tem ainda poucas concretizações práticas

Embora na lei e nos documentos e discursos oficiais de decisores políticos, as ONGD sejam sempre consideradas actores e parceiros incontornáveis no sector, a verdade é que o reconhecimento deste estatuto e a prática nem sempre condizem. Com efeito, por exemplo, as ONGD não têm acento no Conselho Económico e Social, não sendo por isso considerados agentes da economia social.

As ONGD nem sempre são consultadas sobre a definição das políticas e práticas do sector que lhe dizem directamente respeito e, muitas das vezes que isso acontece, são normalmente confrontadas com factos quase consumados ou em momentos muito próximo do fim dos prazos de decisão, não permitindo uma reflexão aprofundada sobre os assuntos.

Na construção dos planos bilaterais de cooperação com os países parceiros, as ONGD não são envolvidas. O seu conhecimento destes países e das respectivas comunidades, as longas parcerias com as Sociedades Civas destes países, dão-lhes uma perspectiva única sobre o que poderá/deverá ser objecto de um acordo de parceria. A sua proximidade e conhecimento privilegiados, poderão conferir, se atempadamente partilhadas e tidas em conta, enorme eficácia às acções. Permitirão também uma articulação de esforços evitando duplicação de recursos.

Embora exista um contrato programa assinado entre a Plataforma e o Camões IP para a capacitação e reforço das ONGD, a verdade é que as linhas de co-financiamento do Camões não acompanham a essa intenção. Ao indexarem o co-financiamento de projectos ao sucesso do financiamento internacional/europeu, uma vez que a grande maioria das ONGD portuguesas não tem condições para aceder a esses fundos, o corte substancial da dimensão do envelope financeiro destas linhas tornou essa indexação incompatível com as necessidades das muitas organizações que têm sido capacitadas e reforçadas pelo Contrato Programa. É por isso necessário adaptar o enquadramento normativo e legislativo de modo a incentivar o acesso a fontes alternativas de financiamento.

Recomendações:

- Incluir as ONGD (através da Plataforma) no Conselho Económico e Social
- Reforçar os poderes de consulta ao Fórum da Cooperação, tornando as suas reuniões regulares e participativas.
- Auscultar atempadamente as ONGD que trabalham no país parceiro no momento da construção dos planos de cooperação com esse país e também auscultá-las na qualidade de especialistas em áreas temáticas em que as ONGD acumulam reconhecidamente experiência e conhecimento.
- Promover uma revisão legislativa que permita maior flexibilidade às instituições sem fins lucrativos gerarem excedentes e/ou recorrerem a fontes alternativas de financiamentos, por exemplo, criando legalmente as figuras da empresa social e negócio social.

A importância da Educação para o Desenvolvimento

A educação para o desenvolvimento (ED) tem, nos últimos anos assumido um importância muito significativa em Portugal, sendo sem dúvida uma das áreas em que assistimos, ao longo da última década, a um processo sustentável de crescimento e solidificação de um conjunto de iniciativas e projectos, implementados por diferentes tipos de entidades, públicas e da Sociedade Civil, que permitiram à ED assumir-se em muitos casos como exemplo para outros domínios de intervenção no contexto da Cooperação Portuguesa

A experiência da implementação de actividades de ED pela Sociedade Civil Portuguesa remonta aos anos 80. A inequívoca qualidade dessas intervenções e a experiência adquirida ao longo destes anos tornam as ONGD no principal pilar do Desenvolvimento e impacto da ED em Portugal.

Os projectos de ED das ONGD portuguesas estão muito bem cotados junto dos seus parceiros europeus, que procuram com muita regularidades associarem-se a acções de ONGD Portuguesas. Contudo, o corte em 2/3 do orçamento disponível para co-financiamento de projectos de ED pelo Camões IP e a sua indexação ao sucesso do financiamento internacional/europeu levou a que muitas ONGD deixassem de apresentar candidaturas, por considerarem que teria um ratio de custo/oportunidade demasiado elevado. Perde-se assim experiência e conhecimento acumulado de excelência que deixa de ser transmitido e de surtir os seus efeitos.

Em Abril de 2010, 14 entidades diferentes² assinaram o documento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), que foi publicada em Diário da República através de um despacho conjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação. O processo participativo que esteve na base da elaboração da ENED, envolvendo actores da Sociedade Civil e Instituições Públicas, foi considerado a nível nacional e internacional como um caso de boas práticas tendo sido até merecido uma referência do então Comissário Europeu para o Desenvolvimento, Andris Piebalgs, numa Audição Pública do Parlamento Europeu dedicada a Educação para o Desenvolvimento (em Agosto de 2012). O facto de dispor de um Plano de Acção que integra actividades de um conjunto alargado de actividades, contribui decisivamente para a sua eficácia e impacto.

A ENED tem sido por isso marcada por um enorme sucesso e é *benchmark* europeu. Na verdade, tratando-se de uma estratégia *multistakeholder* (que une ONG, academia e vários Ministérios), construída por todos desde o início, tem por isso tido excelentes resultados e sido amplamente participada. Aproximando-se o seu termo de vida (deveria vigorar até final de 2015) é fundamental a sua renovação em moldes adequados à actual realidade e em função dos resultados da sua avaliação, que será feita ao longo dos próximos meses.

Recomendações:

- Reforçar o envelope financeiro disponível no Camões IP para co-financiamento de projectos de ED, especialmente necessários face a nova agenda pós-2015, que deve ser conhecida e apropriada por todos e todas e para a qual todos e todas devem contribuir para o seu cumprimento, quer a uma escala local, quer a uma escala global.
- Eliminar a indexação ao sucesso de financiamento internacional/europeu dos critérios de elegibilidade nas linhas de co-financiamento do Camões a projectos de ED.

² Entidades Públicas: IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento); APA (Agência Portuguesa do Ambiente); ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural); CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género); Comissão Nacional da UNESCO; Conselho Nacional da Educação; Conselho Nacional da Juventude; Organizações da Sociedade Civil: Plataforma Portuguesa das ONGD, APEDI (Associação de Professores para a Educação Intercultural); ARIPESE (Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação; CPDA – Confederação Portuguesa de Associação de Defesa do Ambiente; Comissão Nacional de Justiça e Paz; Fundação Calouste Gulbenkian.

- Renovar a ENED e enquanto decorre a avaliação que definirá os moldes da renovação, prorrogar o tempo de vida da actual ENED.

Estratégia para área da Ajuda Humanitária e de Emergência

Não existe em Portugal uma estratégia de ajuda humanitária e de emergência (AHE). O debate sobre a necessidade da existência deste enquadramento estratégico dura há já vários anos, tendo sido uma questão analisada pelo – OCDE nas *Peer Reviews* de 2006 e 2010. No entanto, a sua criação ou discussão nunca foi considerada prioritária pelos decisores políticos (de diferentes governos) invocando-se muitas vezes o argumento de que não havia disponibilidade orçamentar para definir um montante que ficaria associado a esta estratégia e que seria utilizado em casos de intervenções de Portugal em situações de catástrofe humanitária e/ou humana. Ou seja, sem dinheiro não haveria estratégia.

Mas, na realidade, sempre que Portugal participou em esforços conjuntos de AHE (casos do *Tsunami* de 2004 ou no terramoto no Haiti em 2010) mesmo sem aparente disponibilidade financeira, o dinheiro acabou por surgir e, sem qualquer instrumento de ligação entre entidades, a descoordenação e falta de eficácia foi patente.

Esta situação deveu-se ao facto de não estarem estabelecidos critérios uniformes que definam quais as situações em que Portugal deve intervir e não existirem regras ou mecanismos de coordenação ou articulação de esforços e recursos dos vários actores, públicos e privados, que normalmente estão presentes num cenário de emergência externa em que Portugal intervenha.

Apesar de um conjunto de propostas, fruto de um estudo aprofundado sobre a realidade, que a Plataforma apresentou publicamente em 2012 como contributo para a criação de uma estratégia nacional de AHE, esse objectivo ainda não foi concretizado. Segundo informações do Camões IP, tem estado a decorrer nos últimos meses um processo de consulta junto das várias entidades que, no contexto do sector público devem ser envolvidas na construção de uma Estratégia nesta área. Compreendendo a importância desta consulta e as dificuldades inerentes ao facto de estarmos a falar de entidades pertencentes a Ministérios sectoriais (Administração Interna e Defesa) com

grande peso político, o que dificulta a definição de consensos e compromissos, o processo de construção da estratégia de AHE não pode ser nem unidirecional nem limitado ao sector público.

A construção da ENED e a sua implementação provam que, mesmo com poucos recursos financeiros é possível criar um documento estratégico de uma forma inclusiva e participativa e que seja apropriado por um conjunto vasto de entidades. Para que uma futura Estratégia de AHE não se torne mais do que apenas um documento sem qualquer operacionalização ou validade prática, todas as entidades interessadas devem ter oportunidade de participar na sua construção, contribuindo com o que cada uma delas tem de valor acrescentado relativamente aos demais.

Recomendações:

- Continuar o processo de consulta já em curso, mas ocasionando encontro(s) entre todas as outras entidades interessadas para que a concertação e articulação de esforços comece desde logo na definição de um documento estratégico que devera definir o papel de cada um.
- Definir um prazo para a adoptar e aprovar em sede de conselho de ministros ou, idealmente na Assembleia da República, uma estratégia nacional de ajuda humanitária e de emergência.

Problemas em vários processos de construção de documentos estratégicos da Cooperação Portuguesa e dificuldades na sua operacionalização

Portugal dispõe de vários documentos teóricos de boa qualidade sobre as várias áreas ligadas à Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento. Desde legislação específica sobre o sector, passando por documentos de posição sobre questões em debate na União Europeia e outros *fora* internacionais, foi produzida nos últimos anos muita documentação com qualidade. No entanto são vários os aspectos que fazem com que, em muitos casos, sejam pouco mais do que apenas documentos teóricos, sem um efectivo impacto real ou aplicabilidade:

- Muitos desses documentos, devendo envolver a Sociedade Civil na sua génese, não envolvem, pondo em causa a necessária apropriação para a sua implementação.
- Em muitos outros (normalmente posições que Portugal deve assumir face a União Europeia sobre determinados temas do sector sob solicitação da UE),

procurou-se envolver a Sociedade Civil, mas (salvo raras exceções)³ muito perto do prazo definido para a tomada de posição, dificultando assim uma contribuição da Plataforma construída com base na riqueza de experiências das suas Associadas.

- Muitos documentos, como é o caso do Conceito estratégico para a Cooperação Portuguesa, que incluem tudo o que são boas práticas e tudo o que deve conter, padecem no entanto de um gritante irrealismo, tendo em conta o contexto português, e/ou carecem de qualquer operacionalização (em plano ou em concretização) durante demasiado tempo.
- Muitos documentos de qualidade que são oriundos da Sociedade Civil não têm qualquer eco ou inclusão nas políticas públicas nem tão pouco reacção explicando ou fundamentando a sua não inclusão ou consideração.
- Muitos pedidos de esclarecimento por parte das ONGD relativos a decisões que vão sendo tomadas sem consulta prévia, vão sendo ignorados, pondo em causa a transparência necessária em qualquer departamento da administração pública.

Em suma, a democracia participativa em Portugal ainda tem que amadurecer bastante. O simples acto de consulta, quando ocorre, não pode ser considerado um fim em si mesmo.

Recomendações:

- Definir conjuntamente com a Sociedade Civil quais os temas/áreas em que não deverão ser tomadas decisões/assumidas posições sem prévia e atempada consulta das ONGD.
- Instituir consultas regulares, alargadas e participativas da Sociedade Civil, sendo recolhidas contribuições e sendo, posteriormente, dado feedback sobre quais as contribuições foram integradas e explicações sobre as razões pelas quais outras contribuições não foram integradas nas decisões/posições.

³ Como por exemplo (em 2015) na construção de um documento que define os critérios e procedimentos para a Avaliação global da Cooperação Portuguesa; ou no contributo de Portugal para o relatório bienal da UE sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento

4. ALOCAÇÃO/REPARTIÇÃO DA APD

Conforme referido no enquadramento, o compromisso de afetar 0,7% do RNB à APD tem sido sucessivamente reafirmado por Portugal nos discursos oficiais, apesar de Portugal ter sido dos países europeus que recentemente mais cortou na ajuda ao desenvolvimento (20% em 2013 e mais 15% em 2014).

Todos os actores ligados à cooperação sabem que a meta não é para cumprir e que os discursos não têm qualquer suporte na realidade do País, pelo que seria mais credível assumir o incumprimento e estabelecer desde já um calendário claro de aumento continuado da ajuda ao desenvolvimento, segundo as possibilidades do país, caminhando progressivamente para o desligamento da ajuda.

Perante o corte no orçamento da cooperação para o desenvolvimento, a questão da ajuda ligada é ainda mais preocupante, uma vez que mais de 70% dos fundos consistem em instrumentos financeiros e empréstimos concessionais que estão condicionados à aquisição de serviços e bens a Portugal⁴. Neste âmbito, o objetivo de promoção da internacionalização das empresas portuguesas é claro e evidente, diminuindo a componente dos donativos e gerando questões (já assinaladas pelo CAD-OCDE em vários documentos) de sustentabilidade da dívida externa dos países parceiros.

Em termos de afectação da APD, destaca-se também a aposta na cooperação delegada, a qual, podendo ter várias justificações, comporta riscos importantes. Desde logo, a estratégia de centrar a cooperação portuguesa nesse instrumento, paralelamente com uma diminuição drástica nos projetos bilaterais, torna o Camões numa instituição meramente executora de projetos conjuntos, esquecendo que essa cooperação delegada é atribuída com base no reconhecimento da *expertise* que a cooperação portuguesa tem desenvolvido com os países parceiros em determinadas áreas. Para além disso, a cooperação delegada é encarada quase exclusivamente como uma fonte de

⁴ O enorme aumento da percentagem da Ajuda Ligada entre 2009 (38,8%) e 2012 (75,4%) é um dos principais reflexos de duas questões: o papel demasiado proeminente do Ministério das Finanças no processo de decisão sobre a política de Cooperação e a promoção da internacionalização das empresas portuguesas utilizando instrumentos financeiros ligados à APD. Apenas ¼ da APD Portuguesa é genuína (de acordo com os critérios actuais do CAD-OCDE).

entrada de recursos financeiros, sem que seja também equacionada a possibilidade de delegação de cooperação noutros países, em determinadas áreas.

Em termos de transparência e prestação de contas, salienta-se a melhoria nos processos de monitorização e publicação de informação sobre a APD portuguesa, mais acessível e disponibilizada de forma mais regular e detalhada, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CAD-OCDE (CRS). Consideramos no entanto que a Cooperação Portuguesa poderia ainda tirar benefícios adicionais nesta vertente através da subscrição da IATI (International Aid Transparency Initiative) que permite aprofundar a análise quantitativa e qualitativa da APD. Portugal comprometeu-se aliás recentemente a adoptar, até 2015, este mecanismo de reporting e transparência mas não temos qualquer indicação concreta que isso vá efectivamente acontecer.

Assinalamos igualmente que o facto de não existir um instrumento unificado de orçamentação (como o PO5, que existiu entre 2006 e 2009) das verbas continua a dificultar uma compreensão completa e abrangente sobre quais as verbas efectivamente afectadas à cooperação e sobre quais os recursos afectados por cada actor.

As restrições na quantidade da ajuda deveriam resultar numa abordagem ainda mais centrada na qualidade da ajuda e na eficácia do desenvolvimento. Apesar da subscrição por Portugal dos Princípios de Paris, de Acra e de Busan, muito há ainda a fazer nesta área, particularmente no que respeita à harmonização/coordenação com outros doadores, à gestão baseada nos resultados e à responsabilização mútua. A previsibilidade da ajuda tem sido afetada, particularmente pela incapacidade de haver um compromisso plurianual relativamente aos fundos disponíveis para a cooperação. Um exemplo prático da regressão nesta área são os atrasos recorrentes na preparação e entrada em vigor de novos Programas Estratégicos de Cooperação com alguns países parceiros.

Recomendações:

- Redefinir o compromisso de afectar 0,7% do RNB à APD, adequando à realidade actual Portuguesa, estabelecendo metas intercalares e calendários intercalares e final.
- Comprometer-se seriamente com a redução da Ajuda Ligada, estabelecendo um *road map*, devidamente calendarizado para proceder ao seu desligamento.

- Apostar seriamente na implementação de mecanismos que permitam o recurso a fontes alternativas de financiamento (como tributação das transacções financeiras, as *diaspora bonds* e outros mecanismos que sugerimos) e na revisão legislativa que permita maior flexibilidade às ONGD na construção e obtenção de financiamentos alternativos.
- Revisitar e rever adequando-o à actual realidade Portuguesa, o Plano de Acção para a Implementação da Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (Busan) que, passados 3 anos, não passou de um conjunto de boas intenções.
- Adoptar o IATI como instrumento complementar ao mecanismo CRS+ da CAD/OCDE que não serve, designadamente os propósitos da previsibilidade, como condição da eficácia do desenvolvimento.

O co-financiamento de Projectos de ONGD

No caso das ONGD, os cortes financeiros foram ainda mais pronunciados, (entre 2001 e 2013) na ordem dos 47%⁵ sem que houvesse qualquer abertura para serem trabalhadas conjuntamente fontes alternativas de financiamento ou unidos esforços para influenciar os legislador no sentido que rever o enquadramento legal das ONGD permitindo maior flexibilidade na construção e obtenção de financiamentos alternativos. Os co-financiamentos de projectos de ONGD têm quase sempre um efeito multiplicador e um impacto muito importante para a Cooperação Portuguesa no seu todo.

Para além do impacto óbvio desta redução dos envelopes financeiros, a definição, de um critério preferencial (e quase exclusivo), no contexto das regras em que se baseia os processos de candidatura às duas Linhas de Apoio a projectos de ONGD, que prioriza o apoio a projectos com co-financiamento internacional garantido (principalmente se for de linhas da CE) tem claramente acentuado a desigualdade entre ONGD. Tendo como base a escala europeia, a esmagadora maioria das ONGD nacionais são de pequena dimensão e as restantes são médias. Isto significa que há muito poucas organizações com capacidade para aceder de formar regular a

⁵ Actualmente a linha de Cooperação para o Desenvolvimento tem um orçamento anual de 1.2M euros (2,8M eu 2010) e a linha de Educação para o Desenvolvimento um orçamento anual de 420 mil euros (700 mil em 2010)

financiamentos internacionais. São estas contudo que, nos últimos anos têm absorvido grande parte dos co-financiamentos concedidos através das linhas do Camões IP. Para as restantes, tornou-se ainda mais difícil conseguir financiamento para os seus projectos. Como consequência, o número de candidaturas apresentadas anualmente no âmbito destas linhas diminuiu drasticamente de 2010 para 2014.

A retórica de valorização do trabalho das ONGD tem que ter mais reflexos práticos. A assinatura do contrato programa entre a Plataforma das ONGD e IPAD (Setembro de 2009) e a sua renovação em Outubro de 2014, foram um contributo para a qualificação da intervenção das ONGD. No entanto, não é coerente apostar nessa qualificação, por um lado, e retirar depois a possibilidade da maioria das ONGD aceder a financiamentos que permitam implementar os seus projectos, aplicar as competências adquiridas e aumentar a sua capacidade operacional e financeira.

Recomendações:

- Rever os cortes no orçamento das duas linhas de co-financiamento para Projectos de ONGD
- Eliminar o critério preferencial de apoio a projectos com co-financiamento internacional garantido. Relativamente a esta última recomendação, sugerimos duas alternativas:
 - * O apoio a projectos que tenham já garantido o co-financiamento internacional será feito através de verbas extra, ou seja que não são retiradas ao orçamento disponível para as candidaturas anuais, aumentando a disponibilidade das linhas. Esta proposta consta por exemplo da Peer Review que o GENE levou a cabo em 2014 à área da Educação para o Desenvolvimento.
 - * Reforçar o montante orçamental das Linhas de Co-financiamento, dividindo-o em dois lotes diferentes. A um dos lotes apenas poderiam concorrer as ONGD que tivessem projectos com outros co-financiamentos internacionais e ao outro lote só poderiam ser apresentados projectos sem co-financiamentos internacionais.
- Acrescentar como critério preferencial de financiamento das linhas do Camões, as parcerias entre ONGD de diferentes dimensões.

- Simplificar os procedimentos e enquadramento normativo associado às 2 linhas de co-financiamento, que actualmente em muitos casos são mais complicados do que as *Call for Proposals* da UE.
- Discutir a possibilidade de implementar um processo de candidatura com duas fases: Apresentação de uma *Concept Note* e posteriormente Propostas Completas.

5. ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CAMÕES E DIÁLOGO INSTITUCIONAL COM A PLATAFORMA E AS ONGD

Mais de 3 anos após a fusão entre o IPAD e o Instituto Camões, importa fazer uma reflexão sobre este processo e os impactos no sector da cooperação. Em termos estratégicos, esta fusão representou a perda de uma agência de cooperação autónoma e não subordinada a outros interesses, com competências técnicas e políticas que lhe permitissem projectar efetivamente a acção portuguesa nesta área. O novo quadro institucional criou grande pressão sobre a área da cooperação, que se viu reduzida a uma Direção de Serviços e subordinada a um sector da língua politicamente mais valorizado. As duas áreas – cooperação e língua – são sujeitas a procedimentos, dinâmicas e objetivos muito diferentes, não existindo uma verdadeira integração nem aproveitamento de sinergias.

O processo de fusão que está em curso também no terreno pode traduzir-se numa perda de visibilidade ainda maior da cooperação portuguesa face à vertente cultural e da língua. A falta de recursos humanos do Camões no terreno é um problema a salientar, particularmente tendo em conta todos os processos de coordenação, harmonização e debate estratégico (entre doadores e com os actores locais) que, cada vez mais, têm lugar ao nível do terreno. Para além disso, toda a experiência prática e conhecimento da realidade local que esses recursos possuem não é devidamente aproveitada, quer na definição dos programas de cooperação, quer na sistematização de lições aprendidas que poderiam ser importantes para aumentar a eficácia da cooperação portuguesa.

Ao nível do relacionamento entre ONGD e o Camões I.P., têm-se verificado alguns problemas de diálogo que derivam, sobretudo da falta de clareza para as ONGD quem o interlocutor certo nomeadamente para questões de cooperação (educação) que envolvam questões relacionadas com a língua. Derivam também dos prazos curtos para consulta – quando ocorre - que são concedidos às ONGD. Por fim, decorrem também do demasiado tempo que intermedeia uma decisão acordado e a sua operacionalização, sendo que por vezes não chega a ser operacionalizada.

Ao nível do terreno, existe algum desconhecimento do trabalho desenvolvido pelas ONGD nos países e pouca ligação e diálogo entre actores, nomeadamente com as Embaixadas e outras representações portuguesas.

Recomendações:

- Idealmente, promover a separação dos institutos fundidos. Enquanto tal não poder ser feito, deverão ser tomadas medidas adicionais para clarificar a separação da Cooperação para o Desenvolvimento e a Promoção da Língua Portuguesa, assegurando as necessárias sinergias entre os dois sectores. Continuando a partilhar o mesmo espaço físico, recursos humanos ,etc e mantendo assim uma optimização de recursos e a consequente redução de despesas, deverão existir também dois mecanismos separados de orçamentam, um para a Cooperação e o outro para a Promoção da Língua.
- Optimizar os sistemas e canais de diálogo e consulta, sistematizando-os, calendarizando-os, dando-lhes continuidade, concretização e *feedback*.
- À semelhança do que foi feito para a promoção da economia portuguesa em que passou a haver uma maior articulação entre os delegados da AICEP e as embaixadas de Portugal nos países chave, reforçar a presença de técnicos da Cooperação no terreno, permitindo um acompanhamento mais próximo dos países parceiros e suas necessidades, dos projectos e um melhor entendimento do trabalho das ONGD e das suas dinâmicas.

6. COMUNICAÇÃO, RESPONSABILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Não existe uma estratégia pública de comunicação, informação e sensibilização aplicada às questões da Cooperação. Em momentos como o actual Ano Europeu para o Desenvolvimento, é feito um esforço para alocar recursos e desenvolver actividades relacionadas com o sector. Contudo, não existe uma estratégia integrada, sustentada e continua, orientada para a informar o que Portugal e os agentes portugueses da Cooperação fazem, quais as suas prioridades, qual o seu valor acrescentado, quais os resultados. Muita desta informação é tornada pública mas de forma não sistémica, um pouco *ad hoc* e normalmente informando sobre o passado.

Num país em que, segundo dados do último Eurobarómetro, 92% dos inquiridos são favoráveis a que a cooperação com os países em desenvolvimento seja uma prioridade política, mas destes, apenas cerca de 30% estão disponíveis para mudar comportamentos que favoreçam tal priorização, é fundamental que se pense estrategicamente e se actue concertadamente a nível de comunicação e sensibilização, suscitando pensamento crítico e acção individual em conformidade.

No que diz respeito à prestação de contas e transparência, é de reconhecer o esforço que tem sido feito nos últimos anos na melhoria dos mecanismos de informação estatística sobre a APD nacional. Contudo, muito pode e deve ser melhorado. Tendencialmente o que é comunicado é o que já foi feito e é-o num circuito relativamente fechado. É possível e necessário consciencializar a opinião pública para a inter-relação entre o local e o global, demonstrando que tem sido feito e o que melhor pode ser feito. É também possível e necessário concretizar os compromissos que Portugal assumiu internacionalmente a este nível, designadamente em Busan, através por exemplo da subscrição da IATI e de uma aposta mais efectiva em envolver a Assembleia da República nas várias fases de construção, implementação e monitorização das Políticas de Cooperação, contribuindo para que o principal pilar da Democracia Portuguesa possa cumprir de forma eficaz e visível o seu papel de fiscalização da acção do governo.

A ED, como foi dito acima, é um instrumento fundamental para a comunicação, sensibilização e mobilização dos cidadãos e cidadãs para as questões da cooperação para o desenvolvimento. A importância da ED, sobretudo atendendo à reconhecida excelência dos projectos que as ONGD portuguesas têm desenvolvido nesta área, quer no contexto da educação formal quer no da

educação informal, é fundamental para o apoio e envolvimento dos decisores políticos e técnicos do sector nesta área. A ENED, sendo das poucas estratégias que tem tido implementação e acompanhamento continuado de todas as partes envolvidas, precisa de ser renovada, sob o risco de se perder o que conquistou e, sobretudo, tendo em conta o contexto da mudança da agenda do desenvolvimento, que implica e exige a mobilização de todos e todas.

Recomendações:

- Definir conjuntamente uma estratégia global e integrada de comunicação para o desenvolvimento e alocar recursos partilhados para a sua implementação

ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA

O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO

PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

ESO ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

MENINOS DO MUNDO

MG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAPANA

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER